



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

A CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: UM POTENCIAL A SER EXPLORADO

Adriana Regina Costa Espíndola - UFSC

Resumo.

Com o intuito de oferecer uma reflexão sobre práticas que podem propiciar bases para a transformação de uma sociedade calcada atualmente sobre o dilacerante sistema mercantilista vigente, este ensaio teórico tem como objetivo resgatar as prerrogativas que a universidade dispõe, como centro do saber e do conhecimento, aplicando-as ao desenvolvimento de políticas institucionais que prezem pela sustentabilidade socioambiental. Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica, à luz da literatura sobre o assunto. Nos resultados da pesquisa depara-se com um quadro bastante crítico que demonstra um sistema cuidadosamente montado para ludibriar a sociedade no sentido de torná-la consumista. Porém, encontra-se também como resultado latente, a forte capacidade da universidade em contribuir para mudar essa situação. A conclusão do trabalho é de ordem prática, com a sugestão de que a universidade se dedique à elaborar diretrizes de políticas institucionais no sentido de contribuir para uma nova visão de sustentabilidade socioambiental.

Palavras chaves: Sociedade de Consumo. Universidade. Sustentabilidade Socioambiental.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

1 INTRODUÇÃO

A produção industrial para retroalimentar o consumo exacerbado de bens e consumo, tem sido objeto de críticas, provocando apelos para o cuidado que devemos ter com o uso dos recursos naturais. O foco na sustentabilidade das gerações futuras e tem sido objeto de estudos e constante divulgação na mídia.

Ao seu tempo, o sistema neoliberalista tem exercido forte influência com a pretensão de determinar e influenciar a produção do conhecimento gerado no meio universitário, para atender suas demandas de mercado, determinantes para a manutenção de seu domínio e poder. A universidade tem refletido este quadro, através do próprio comportamento e atitudes de seus servidores, especialmente de seus servidores docentes responsáveis por pesquisas, e estudantes.

Este trabalho pretende provocar uma reflexão sobre a possibilidade da universidade, justamente, de se apropriar de sua capacidade de agente transformador, uma vez que ainda reflete características para as quais foi criada, devolvendo à sociedade, propostas de caminhos ou, quiçá, soluções, para a sustentabilidade socioambiental. Antes, porém, sua própria reestruturação se faz necessária. O que pode acontecer através do desenvolvimento e implementação em sua estrutura administrativa, de uma política que propicie a sua auto sustentabilidade ambiental.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa bibliográfica é o recurso utilizado para buscar informações e o entendimento do tema selecionado. De acordo com Vergara (2007) esta forma de pesquisar propicia a sistematização com base em material publicado nos mais diversos meios de publicação como livros, revistas, jornais, acessíveis ao público.

Dessa forma para cumprir com o objetivo de analisar e refletir sobre a tema, buscou-se, à luz da literatura, ideias e opiniões de renomados autores. Entre outros, são referenciados pesquisadores como Fritjof Capra (1996), Marilena Chauí (2003), Boaventura Santos (2011), Milton Santos (1996), Ignacy Sachs (1986, 2002), Edgard Morin (2007; 2010) e Amartya Sen (2010).

Da forma como foi abordado o tema, pode-se ainda caracterizar este trabalho como de caráter qualitativo e orientação descritiva, uma vez que, procurou-se correlacionar diferentes pontos de vista e perspectivas, até a conclusão resultante do processo de análise e reflexão. Para Vergara (2007) a orientação descritiva permite a caracterização de um fenômeno e a correlação entre variáveis.

Em Godoy (1995) temos que quando um estudo é de caráter descritivo e tem-se o objetivo de entender a complexidade de um fenômeno, a abordagem qualitativa pode ser a mais apropriada. Triviños (1992), corrobora em certo sentido com esta ideia, uma vez que



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

considera que os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não apenas com os resultados e o produto.

Seguindo esta orientação, tendo como base o referencial teórico, realiza-se uma análise e propicia-se reflexões dentro de um contexto, valorizando significados e interpretações que surgem da percepção do fenômeno.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O CONTEXTO SÓCIO AMBIENTAL E A SOCIEDADE DE CONSUMO

A irracionalidade no uso da água em escala industrial e para o consumo humano, a destinação inadequada do lixo que produzimos, o uso excessivo do carro, a extração de recursos, e a poluição gerada, em função da produção de bens e serviços para o nosso consumo, tem sido alvo de estudos e avaliação nas últimas décadas. Para Sachs (1986) uma civilização de alto nível deveria autolimitar-se em sua relação com o meio ambiente, limitando ao mínimo o uso de estoques de recursos exauríveis, recorrendo ao fluxo de energia e biomassa renováveis.

Ao discorrer sobre as perspectivas do ambientalismo, Layrargues (1998) afirma que “a economia para produzir um resultado coerente e eficaz com suas funções, por princípio, deveria subordinar-se à ecologia. Ou seja, a racionalidade ecológica deveria preceder a racionalidade econômica”. (LAYRARGUES, 1998, p. 217). No mesmo artigo Layrargues relembra o significado das palavras ecologia e economia:

[...] provenientes do grego, ambos os termos possuem o mesmo radical. Oikos, que significa casa. Mas enquanto economia representa o “gerenciamento da casa”, ecologia representa “o estudo da casa”. Ora é evidente que, para se gerenciar ou administrar algo, é necessário, antes conhecê-lo. Não é por acaso que o planejamento ambiental é precedido de um amplo levantamento biológico, geográfico, geológico, edáfico, econômico, social, etc., para que enfim de possam definir os critérios de utilização racionais e sustentáveis a longo prazo. (LAYRARGUES, 1998, p. 216 e 217)

O “estudo da casa” (aspas da autora) ao qual Layrargues se refere, tem sido feito, pelo menos tecnicamente, e até com certa profundidade. Já sabemos da necessidade de racionalizar os recursos naturais, sob pena de prejudicarmos a sobrevivência das gerações futuras. Para Sachs (1986) o mercado usa os recursos naturais sob a ótica da maximização do lucro econômico a curto prazo. Para o autor, o desequilíbrio ambiental apenas se torna o foco das



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

atenções na medida em que prejudique o processo produtivo. O que falta então para iniciarmos de fato a racionalização do uso dos recursos naturais? Parece que ao cidadão comum e à sociedade civil falta a consciência, e aos governantes e empresários, a ética.

A realidade apontada por estudos e diagnósticos ambientais aponta também para absurdas contradições. Se considerarmos apenas a utilização de recursos naturais para satisfazer toda a demanda incentivada pelo mercado, percebe-se que há uma dicotomia nesse contexto. Há uma grande contradição entre o discurso da sustentabilidade ambiental e o incentivo do crescimento de mercado de bens e serviços. Como racionalizar os recursos naturais, a base da nossa sustentabilidade, tão necessários para a produção de bens e serviços, com tanto estímulo à produção desses mesmos bens e serviços? Deparar com esta realidade, nos leva às contradições apontadas por Bauman (2010) em sua obra *“Capitalismo Parasitário”*.

Há um mercado capitalista ditando um modo de vida. Estamos, todos, vivendo numa sociedade de consumo. Para Bauman (2010) o consumo de mercadorias como ingrediente para uma vida boa, tem apresentado uma ilusória realidade de bem estar para uma determinada classe social, em detrimento das mínimas condições de educação, saúde e alimentação para um nível aceitável de qualidade de vida, para uma grande massa de indivíduos socialmente excluídos.

Ao refletirmos sobre a contradição entre a sustentabilidade ambiental e o padrão de consumo instituído podemos nos alertar para o desperdício, a miséria e as grandes diferenças sociais, e como estamos contribuindo para a manutenção de um sistema hegemônico, onde tudo parece estar dentro de uma normalidade plenamente justificada.

O desenvolvimento sustentável é um desafio planetário. Ele requer estratégias complementares entre o Norte e o Sul. Evidentemente, os padrões de consumo do Norte abastado são insustentáveis. O enverdecimento do Norte implica uma mudança no estilo de vida, lado a lado com a revitalização dos sistemas tecnológicos. (SACHS, 2002, p. 38)

Sachs discorre ainda sobre a necessidade de mudança de paradigma na perspectiva de democratização do desenvolvimento. Ele coloca que no hemisfério sul a reprodução do padrão de consumo do hemisfério norte por uma pequena minoria, gerou uma “apartação” (aspas da autora) social. Ele coloca que se no Sul a economia de recursos tivesse sido orientada para os serviços, e menos intensamente materializados, o meio ambiente e a elevação do padrão de pobreza poderiam estar em melhores condições. Mas a influencia do padrão de consumo do Norte, que ainda não demonstra sinais de mudanças, sobre o Sul, “maximizados pelos processos de globalização em âmbito cultural”, não abre a perspectiva de evitar alguns problemas, como provavelmente, a de escassez de recursos naturais que atualmente o hemisfério norte tem enfrentado.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Devemos ainda incluir no rol dos grandes problemas de nossa civilização, as injustiças sociais decorrentes do trabalho mal remunerado, escravo, ou ilegal de crianças e jovens, geradas em função de uma economia capitalista. A desigualdade na distribuição da renda resulta, entre outros problemas, a marginalização dos que não tem acesso à educação e ao mercado de trabalho.

O processo de massificação cultural, através da desintegração da identidade regional, é intenso. Isso é facilmente percebido na padronização do consumo de bens e serviços, impostos nas mais diversificadas culturas do planeta. É, segundo Bauman, a natureza negativa da globalização que ignora as soberanias locais e os interesses da população local. (Bauman, 2010). Neste contexto é propiciada um estado de alienação. A comunidade atônita e passiva diante de tais transformações, se imobiliza, permitindo a invasão sem questionamentos. Estamos diante da construção de uma massa acrílica, ou amorfa, pode-se afirmar.

Desde tempos primitivos, o poder exercido pelo homem sobre o seu igual, para amedrontar e coagir, pelo simples prazer em dominar o outro, é hoje mantido através de um processo que recebeu forte incremento no século XX, com o estabelecimento de uma hegemonia para criar e sustentar uma sociedade voltada para o consumo.

O poder que o capital acena como de possível obtenção através do *status* pela aquisição de objetos materiais, procura se estabelecer. É muito interessante observar como o ser humano é induzido a suprir as fantasiosas necessidades criadas pelo mercado.

Atualmente a área da informática é um exemplo típico, onde constantemente as pessoas são instigadas a trocar máquinas que se tornam obsoletas num curto espaço de tempo. “Nunca, como nos tempos de agora, houve necessidade de mais e mais saber competente, graças à ignorância a que nos induzem os objetos que nos cercam [...]”. (SANTOS, 1996, p. 92). O autor discorre sobre a forte influência e o impacto da intencionalidade e ofertas de itens, cuidadosamente planejados e instituídos pelo sistema hegemônico, aos quais estamos sujeitos:

“Os objetos contemporâneos não são coleções, mas sistemas, já surgem debaixo de um comando único e já aparecem dotados de intencionalidade, como jamais no passado (intencionalidade mercantil ou intencionalidade simbólica) o que faz de cada um claramente distinto dos outros, numa fase da história em que o seu número se multiplicou exponencialmente: os últimos quarenta anos viram nascer sobre a face da terra mais objetos que nos anteriores quarenta mil anos.” (SANTOS, 1996, p.90)

Assim, sem perceber, como que envoltos em ofertas, e ao mesmo tempo gerando internamente demandas, o homem passa a assumir um compromisso em adquirir. Num sistema tão bem instalado, que não permite que as pessoas percebam quão manipuladas são.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

También Bauman (2010) apunta para o que ele chama de “economia líquida moderna”, baseada no excesso de ofertas, no envelhecimento acelerado do que é oferecido e rápida dissipação do poder de sedução, o que para o autor caracteriza uma “economia da dissipação e do desperdício” (BAUMAN, 2010, p.35).

Trata-se talvez do que Maturana (2007) coloca sobre o sistema nervoso, um instrumento do organismo, obter informações especificamente passadas pelo meio, que permite ao ser humano computar um comportamento adequado à sua sobrevivência. No caso em pauta, o meio seria o mercado de ofertas de objetos colocados de forma que o consumidor se sinta atraído de tal forma que lhe parece impossível sobreviver sem a devida aquisição.

É a dominação pelo estabelecimento de padrões de comportamento e consumo, e da coação, quando ao indivíduo é suprimida a possibilidade do pensar sobre o que de fato lhe traria felicidade. Bauman (2010) diz que o mundo habitado por consumidores se transformou numa grande magazine, onde se vende tudo o que se precisa e com o que se pode sonhar. Para Morin (1977), a felicidade é a religião do indivíduo moderno. Uma religião sem padres e que funciona industrialmente.

O autor discorreu sobre o processo de construção da atual sociedade, estabelecida na chamada cultura de massas no decorrer do século XX:

“A segunda industrialização, que passa a ser a industrialização do espírito, e a segunda colonização que passa a dizer respeito à alma, progredem no decorrer do século XX. Através delas, opera-se esse progresso ininterrupto da técnica, não mais unicamente voltado à organização exterior, mas penetrando no domínio interior do homem e aí derramando mercadorias culturais.” (MORIN, 1977, p.13).

Porém, pode-se supor que o processo de “materialização” do ser humano teve início anteriormente. “É com Platão e Aristóteles que se começa a assistir a um certo desprezo ‘pelas pedras e pelas plantas’ e a um privilegiamento do homem e da ideia.” (GONÇALVES, 1989, p.31). O autor se refere aqui à mudança da relação entre homem e a natureza após a influência das teorias e ideias desses filósofos gregos. Pois no período pré socrático havia entre os gregos antigos uma sentimento de totalidade (*physis*) entre homem e natureza, e a partir desse sentimento é que tudo o mais podia ser compreendido, o cosmos, o comportamento humano, a política e a justiça. (GONÇALVES, 1989). “A ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo.” (GONÇALVES, 1989, p.35).

A forma, não mais sutil, de padronizar mentes e comportamentos, a fim de consolidar o consumo de bens e serviços, as bases de sustentação do neoliberalismo que aí está, devem,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

ao que tudo indica, permanecer. Bauman (2010) também coloca que a cultura parece ter se transformado em um departamento de vendas.

Estamos diante de um panorama apontado por Freire (2011), que trata da tentativa sempre constante de manter o homem alienado, focado na forma e não no conteúdo, vendo as coisas mais na superfície que em seu interior.

3.2 A UNIVERSIDADE E O SEU POTENCIAL PAPEL COMO AGENTE TRANSFORMADOR

A universidade exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo Chauí (2003). Analisando seu histórico, parece que assim o é desde a sua criação: nos primórdios de suas origens quando o Estado e a Igreja ditavam suas normas e lhe estabeleciam regras para o seu funcionamento e, sobretudo, para o seu controle; nas revoluções sociais do século XX, “quando a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos do cidadão” (Chauí, 2003, p. 5), imprimindo na universidade sua responsabilidade em dar suporte para a formação de uma sociedade democrática; e no momento em que nos encontramos, quando os ditames do neoliberalismo intermediam a construção de valores individuais e coletivos, procurando transformar a universidade em fornecedora de “mão de obra especializada” para o atendimento de interesses mercadológicos.

Parece provável que o reconhecimento do potencial “conhecimento” humano - entende-se aqui conhecimento como o saber intuitivo inerente ao ser humano - levou o Estado e a igreja, detentores do poder, desde os primórdios da organização do homem em sociedade, a negar e a suprimir todo e qualquer acesso a informações que possibilitassem o desenvolvimento desse potencial. No filme “O Nome da Rosa” (Filme, 2013), fica evidente a preocupação e o cuidado em não permitir que outros pensamentos e possibilidades, diferentes, e talvez opostos, aos ensinados e ditados, fossem acessados. O despertar do pensar, resgatando o inato e natural livre pensar. poderia colocar em cheque o domínio e o controle, as formas arbitrárias de exercer o poder.

Ao que tudo indica, ao mesmo tempo, que havia o incentivo à criação de centros para o desenvolvimento de “saberes” para dar suporte à sustentação do poder, surgia também o medo pela perda de controle sobre essas mentes incentivadas a criar. Pois o que poderiam fazer se fossem livres? Dessa forma o poder sobre essas mentes poderia, não apenas se perder, mas delas surgir um poder paralelo, colocando em risco o domínio sobre a sociedade, inclusive. Talvez acontecesse ao que Sen (2010) se refere sobre o desenvolvimento como liberdade, resultado de um processo natural, quando ao homem é oportunizado o acesso ao conhecimento.

A universidade neste momento de forte interferência do neoliberalismo, precisa necessariamente não mais deixar-se levar por um domínio externo, tornando-se reflexo,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

reprodução e expressão do modo de funcionamento de uma sociedade, que vem sendo induzida a se constituir, e a se estruturar de forma a consolidar as bases capitalistas. Ao contrário, a universidade deve de dentro para fora expressar sua interferência em defesa de novas formas para uma salutar vida em sociedade.

A capacidade de reação ao domínio externo pode ser resgatada. A universidade como instituição, mesmo com boa parte de seus servidores subordinada à ideologia dominante, sempre buscou o saber e o conhecimento como “algo constitutivo de sua essência” Búrigo (2003, p.110)..

No momento em que se tornou, a universidade, no século XX em meio aos movimentos sociais, o aporte intelectual, no qual a sociedade confiou e pretendia refletir-se, se deu a sua legítima conceituação e definição. Afinal, onde a ética se manifesta, pode-se presumir que se estabelece a verdadeira essência humana, com seus mais nobres objetivos, que pretende, em sua plena manifestação, demonstrar que é livre para seguir seu caminho de evolução. Chauí (2003) coloca que a legitimidade da universidade moderna se deu em função da ideia de um conhecimento guiado por necessidades imanentes, inseparáveis a ele. O que pode significar que há possibilidades da universidade gerar o conhecimento necessário à transformação social requerida.

A legitimidade da universidade foi reforçada quando serviu de aporte intelectual dado aos movimentos sociais, [...] “fazendo com que , [...] a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber” (Chauí, 2003, p.5). O que contribuiu para que ficasse claro seu papel frente ao desafios apontados por uma vida em sociedade permeada por valores e práticas antiéticas neoliberalistas.

Porém, as bases em que se deu essa legitimação, talvez não tenham sido fortes o suficiente, pois tão logo as fundações do capitalismo globalizado se estabeleceram, mentes dominantes de então, se curvaram ao facínio da lógica do mercado, esquecendo-se de seu papel e de sua real responsabilidade perante a sociedade. Encontra-se de fato a universidade, como instituição social, em grave crise, colocando em cheque sua essência legítima.

Pode-se resgatar, porém, que desde o seu surgimento a universidade pública sempre foi uma ação social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições. Isso a diferencia e lhe confere autonomia perante outras instituições sociais (Chauí, 2003).

Reportando-nos aos ideais republicanos no Brasil, a responsabilidade do Estado sobre a educação, e mais além, de sua formação, como um direito do cidadão, vem sendo construída no Brasil, oficialmente a partir da constituição de 1934. Tal prerrogativa, foi alcançada, mediante o "Manifesto dos Pioneiros da Educação" lançado 1932, por um grupo de educadores, portanto, um grupo pensante sobre a importância do Estado em estabelecer uma política nacional de educação (BRASIL, 2013). A atual política, estabelecida em rede nacional, coloca de forma clara em suas ações e programas o objetivo de formar cidadãos críticos e autônomos. (BRASIL, 2013). Tem-se, assim, o reconhecimento do potencial da



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

universidade pela sociedade e uma base legal constituída, para a atuação de autônomos pesquisadores-educadores.

A crise de legitimidade, pela qual passa a universidade (Santos, 2011), nada mais é do que uma grande oportunidade para o resgate do discernimento, no desempenho e fortalecimento da conceituação de seu papel. Isso evidenciaria a sua importância como formadora de opinião, fonte geradora do necessário conhecimento, e apoiadora, como aporte técnico e científico, de iniciativas de movimentos populares organizados.

Um momento de crise pode ser transformado numa ótima oportunidade para o desenvolvimento de uma outra percepção. Andrews (2001), na contracapa de seu livro, *Stress* a seu favor, se refere ao termo crise como uma expressão que em chinês composta de duas palavras: ‘perigo’ e ‘oportunidade’. Morin (2010) diz que uma crise abre incertezas e possibilidades, libera forças inibidas e permite que as potencialidades se atualizem. Para Morin “nós vivemos uma crise gigantesca, feita de múltiplas crises conjuntas e enredadas [...], ligadas num nó górdio [...]”, e que para ele constituem a “crise da humanidade que não consegue ter acesso à humanidade.” A cerca da oportunidade num momento de crise, Morin, continua “paradoxalmente, quanto mais o risco cresce mais o a probabilidade de sucesso aumenta.” (MORIN, 2010, p.266).

Neste ínterim, pode-se indicar a extensão, a pesquisa ação e a ecologia do saber, apontadas por Santos (2011), como caminhos de ação, “de prestação de serviço” para o resgate da legitimidade da universidade. “Os destinatários para a prestação de serviços devem ser, por exemplo, grupos sociais populares e suas organizações” (SANTOS, 2011, p. 73). E para que a extensão cumpra este papel é preciso evitar que ela seja orientada para atividades rentáveis com o intuito de arrecadar recursos extraordinários, o que seria uma privatização “não tão discreta” da universidade. De acordo com Santos (2011) para evitar isso as atividades de extensão devem ter como objetivo prioritário, sufragado (votado) democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados.

Parece estar nesse agir, a essência do papel de pesquisadores, legitimados e incumbidos, pelo Estado, ao ingressarem na Instituição através de concurso público.

Para Boaventura Santos (2011), a prioridade deve ser o atendimento das necessidades da sociedade. Mas, transcendendo ações no âmbito material e outras necessidades nos campos da arte e cultura, premente do indivíduo e do coletivo, penso que deve-se dar atenção também prioritária ao “como” conviver com os ditames do neoliberalismo, colocando ao cidadão formas de resgate de seu “livre pensar”. Deve-se trabalhar arduamente, como responsáveis que somos, para oferecer outros caminhos que levam, de fato, ao bem estar e qualidade de vida esperados.

A permanência do sistema neoliberalista que dilacera o poder do pensar crítico, nos leva a pensar em estratégias que podem ser estabelecidas por, talvez, uma minoria que ainda se mantém autônoma e sente-se capaz para agir. Em Freire (2011) encontramos sinais de



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

caminhos que podem trazer mudanças, pois para o autor, a sociedade ao voltar-se sobre si mesma, se inscreve na difícil busca de sua autenticidade, dando sinais de preocupação pelo seu projeto histórico. Talvez esteja aí a possibilidade da abertura para um olhar diferenciado. O indivíduo que se propõe a um pensar crítico sobre si mesmo, sobre a realidade onde está inserido atrai reflexões sobre o quanto se tornou objeto.

Há sim a possibilidade do pensamento reflexivo propiciar mudanças, contrapondo a Freire (2011) que afirma que o pensamento não teria força instrumental. Em outro momento Freire mesmo coloca que o homem, ao se propor à autorreflexão, descobrindo-se inacabado, pode perceber-se sujeito, aí estando a raiz da educação (Freire, 2011). Talvez seja essa a ampla concepção de educação a que refere Mészáros (2008, p. 48), que “pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital”, nas palavras do autor.

Proporcionar educação é papel da universidade. Seria o que Sen (2010) coloca como oportunidades sociais estabelecidas pela sociedade e que influenciam a liberdade substantiva do indivíduo viver melhor. Para o autor:

“[...] as disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impedem o progresso dessas oportunidades. [...]” (SEN, 2010, p.18).

Nos deparamos, dessa forma, com o estabelecimento de um natural círculo vicioso: quanto mais ser oferecida uma educação que proporcione condições para um pensamento crítico, melhores serão as escolhas individuais e coletivas no sentido de exigir como direitos tais oportunidades sociais.

Muito embora estejamos diante de uma educação formal voltada para a lógica do capital, como colocado por Mészáros (2008), a universidade nesse sentido deve em medida justa, como centro do saber e do conhecimento, apresentar a oportunidade ao pensar crítico. Ela pode ao estudante que por ela passa e à sociedade que o recebe, mostrar quão dilacerante e infeliz é esta via que atende a um sistema puramente mercantilista. Para Búrigo (2003), “A mercantilização do trabalho acadêmico é evidente”, ao se referir aos ambientes da UFSC e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS). Mas a autora, pondera: “[...] essas condições têm possibilidades de serem mantidas e/ou transformadas, a partir das relações que o professor mantém com o seu trabalho.” (Búrigo, 2003, p.73). Eu estenderia essa observação a todos os servidores da universidade, docentes e técnicos, os quais necessitam de fato de uma nova relação com o seu trabalho, mas, a partir de políticas institucionais.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

4 CONCLUSÃO

4.1 UMA POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A universidade, através de seus próprios servidores, deve desenvolver e consolidar seu papel de agente transformador. Tal papel parece ainda estar na forma de potencial, demonstrado por um grupo seletivo de intelectuais e educadores, cientes de sua responsabilidade.

Passar a diante, de forma natural, uma prática internalizada em sua rotina funcional, pode representar um ganho não apenas para servidores, mas para os estudantes e para a sociedade que ainda espera da universidade atitudes de um educador e formador de opinião. Acredito que uma vez tomada a consciência sobre a importância de cuidar do meio ambiente, o que não significa apenas pensar genericamente na floresta, no rio, ou nos pássaros que habitam um lugar distante, os servidores poderão pensar propriamente no seu entorno, em suas atitudes diárias.

A partir de um novo olhar, linhas de pesquisa e extensão surgirão naturalmente, pois suas mentes estarão atentas aos indicativos do prejuízo que podem estar sendo causados, e voltadas para a busca de soluções.

O movimento para a abertura de novas relações com o trabalho entre servidores da universidade deve ser fortalecer e se expandir, uma vez que, parece haver grupos isolados de intelectuais que discutem e elaboram questões mais de ordem conceitual.

A institucionalização de políticas que estabeleçam em primeiro plano, a conscientização de servidores, docentes e técnicos, sobre a missão e papel da universidade, e o que isso representa no cotidiano do trabalho, devem ter seu lugar. Sachs (1986) ao conceituar ecodesenvolvimento diz que trata-se de uma construção direcionada para a ação, com bases na ecologia cultural, dando ênfase a decisões que espelhem a realidade local, com a participação da comunidade. Este conceito pode apoiar a definição de políticas institucionais alternativas considerando a cultura da instituição com seus valores e costumes. Sachs (1986) ainda coloca que pesquisar outras culturas pode, contudo, apoiar pelo intercâmbio cultural, considerando o mesmo objeto de pesquisa, dando sentido de relatividade no espaço e no tempo.

De tais políticas institucionais podem se desdobrar diretrizes para a definição de linhas de pesquisa e extensão sobre, por exemplo, a cerca do desenvolvimento de pessoas, como estas podem se autodesenvolver ou auto realizar-se, sempre a partir do tempo e do espaço, próprios à universidade, como objeto do estudo.

Para que se estabeleçam novos paradigmas de comportamento que influenciarão internamente a universidade, um certo fortalecimento ideológico, talvez em rede, se faça necessário. Maturana e Varela (1995) colocam o conceito das redes autopoieticas, postulando a capacidade de autocriação e autorganização de sistemas vivos. "A cognição é a atividade envolvida na autogeração e na autopertuação de redes autopoieticas" (1995, MATURANA,



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

apud, 1996, CAPRA). Para Capra (1996), de acordo com o conceito de Maturana, a cognição é o próprio processo da vida. “[...] o viver é conhecer no âmbito do existir.” (MATURANA, 1995, p. 201). Obter ou desenvolver conhecimento é, portanto, um processo natural do ser humano.

Resgatando ainda o que Capra (1996) coloca sobre a definição de autopoiese, auto como si mesmo e poiese como criação, portanto, autocriação, sugere a própria capacidade cognitiva do ser humano em recriar-se. O autor trata ainda de elucidar o que Maturana e Varela (1995) definem como *autopoiese*, enfatizando a organização, comum a todos os sistemas vivos de seres vivos:

“[...] Trata-se de uma rede de processos de produção, nos quais a função de cada componente consiste em participar da produção ou da transformação de outros componentes da rede. Desse modo, toda a rede, continuamente, “produz a si mesma. [...]”. (CAPRA, p. 89, 1996).

O que sinaliza, portanto, promissores caminhos para a transformação, por exemplo, através de um processo que estimule a participação de indivíduos, organizados em equipe, desde o processo decisório até a implementação de programas ou de políticas institucionais.

Para Santos (2003) no interior das universidades não tem sido possível criar redes. Isso se deve, talvez, à cultura organizacional dos “feudos” estabelecidos em departamentos. Acredito, porém, que mesmo diante das possíveis dificuldades inerentes ao processo que envolve a quebra de paradigmas, o movimento, pela mobilização das pessoas, criado para a constituição de uma rede, possa ampliar a percepção da realidade em que nos encontramos, e para onde precisamos nos direcionar. Isso pode criar um espaço anímico para novas formas de interação entre servidores e a missão - ou papel - da universidade propriamente, e sobre tudo, para novas formas de interatividade social. Afinal, as pessoas são a própria instituição.

A complexidade que envolve a instituição, não apenas por ser ela constituída por pessoas, mas por sua estrutura universitária, deve ser considerada ao se pensar na elaboração de uma política de desenvolvimento de pessoas. A forma como Demo (2002) caracteriza a complexidade pode contribuir para estudos e avaliações da direção a ser tomada neste campo, e especialmente ampara possíveis momentos de perplexidade diante de situações aparentemente caóticas.

O dinamismo para Demo (2002) é uma das características, “em que eventual estabilidade é sempre rearranjo provisório. Sua identidade não é aquela da sempre mesma coisa, mas da mesma coisa em processo” (DEMO, 2002, p. 13). Para caracterizar a complexidade o autor coloca também a *reconstrutividade*, o que não significa reprodução ou replicação. Para ele, no processo de ser, a complexidade permanece a mesma, porém, mudando sempre. E nesta dimensão da *reconstrutividade* há um direcionamento para a



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

autonomia e aprendizagem (Demo, 2002). Considerar estas duas dimensões de um sistema complexo, que corroboram com a definição de autopoiese de Capra (1996), apoia a compreensão do quanto se deve estar atento quando o assunto é propor políticas para o desenvolvimento de pessoas.

Ter a visão de que uma instituição universitária é um sistema complexo, e como tal ser tratada ao se elaborar diretrizes de políticas institucionais, pode contribuir para novos paradigmas, o que se pressupõe, se pensarmos na implementação de uma visão de sustentabilidade socioambiental. Abrem-se, dessa forma, perspectivas para o estabelecimento de bases para as tão necessárias mudanças na sociedade, o que poderá dar suporte à sustentabilidade socioambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL – **Plano Nacional de Educação** – Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em 30 de julho de 2013a.

BÚRIGO, Carla Cristina. **O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na universidade federal**: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad. Newton Roberval Eicheemberg. São Paulo: Cultrix, 1996

CHAUÍ, Mariliena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação**, p. 05-15, Conferência na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPED, Poços de Caldas, MG, outubro, 2003.

DEMO. Pedro. **Complexidade e aprendizagem**: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.

FILME - **O Nome da Rosa**. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=tNGa0GTYFpQ>, acessado em 30 de abril de 2013.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n 2, p. 57-63.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os descaminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

LAYRARGUES, Philippe. **A cortina de fumaça**: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998.

MATURANA R., Humberto, VARELA G., Francisco. **A árvore do conhecimento**. Campinas: Workshopsy, 1995.

_____. **A árvore do conhecimento**: as bases biológicas da compreensão humana. 6ª Ed. São Paulo: Palas Athena, 2007

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. In: **Coleção Mundo do Trabalho**. Tradução de Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Bontempo, 2008.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo – I, Neurose. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

_____. **Meu Caminho**. Entrevistas com Djénane Karih Tager. Tradução e Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento – Crescer sem destruir**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 1986.

_____. **Caminhos para um desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio-técnico-científico-informacional**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: atlas, 1992.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.